

## A História Negra nos Estados Unidos e no Brasil

 Petrônio Domingues

Universidade Federal de Sergipe  
São Cristóvão, SE – BRASIL  
lattes.cnpq.br/6212236670265547  
pjdomingues@yahoo.com.br

 orcid.org/0000-0002-0116-5064

 Elaine Pereira Rocha

University Of The West Indies  
Saint Michael – BARBADOS  
lattes.cnpq.br/3032390877539636  
elaine.rocha@uwi.edu

 orcid.org/0000-0003-2150-1931

Editores Responsáveis (Convidados):

Cláudia Mortari

Universidade do Estado de Santa Catarina  
orcid.org/0000-0001-8006-006X

Marcello Felisberto Morais de Assunção

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
orcid.org/0000-0001-6978-6564

Nelson Maldonado-Torres

University of Connecticut-Storrs  
orcid.org/0000-0001-7738-7029

 <http://dx.doi.org/10.5965/2175180317452025e0103>

Recebido: 29/03/2025

Aprovado: 30/06/2025

## A História Negra nos Estados Unidos e no Brasil

### Resumo

A História Negra, como campo de estudo e pesquisa, surgiu nos Estados Unidos na segunda metade do século XIX, ganhando reconhecimento no século posterior. Já, no Brasil, a historiografia sobre a experiência negra tem avançado desde o século XX, configurando um cabedal intelectual que atende às demandas do contexto e dialoga com a produção estrangeira. Este artigo tem a finalidade de reportar e analisar o nascimento e consolidação da História Negra nos Estados Unidos. Em um segundo momento será discutido como, no Brasil, a escrita da história tem abordado a experiência negra no período da escravidão e da pós-Abolição, para daí indagar se o Brasil formulou prescrições de uma História Negra. Em caso positivo, saber se a nacional se assemelha a do paradigma estadunidense.

**Palavras-chave:** história; população negra; *black studies*; relações raciais; raça.

## Black History in the United States and Brazil

### Abstract

Black History, emerged as scholarship in the United States in the second half of the 19th century, gaining recognition in the following century. In Brazil, historiography on the Afro-Brazilian experience has developed since the 20th century, establishing an intellectual foundation that, at the same time, meets the demands of the context and engages with foreign production. This article aims to report and analyze the emergence and consolidation of Black History in the United States, as well as to discuss how, in Brazil, historical writing has addressed the Black experience during the period of slavery and post-Abolition, posing the question: Has Brazil formulated prescriptions for Black History? If so, find out whether the one here resembles the American paradigm.

**Keywords:** history; black population; *black studies*; race relations, race.

A História Negra teve suas origens nos Estados Unidos, em um esforço de chamar a atenção para o papel dos afrodescendentes na construção da nação. Porém, conforme argumenta LaGarrett J. King (2020), a História Negra se caracteriza como um campo investigativo diversificado, que abrange uma multiplicidade de experiências, perspectivas e aportes hermenêuticos. Há vários eventos da história nacional que podem ser examinados levando-se em conta a especificidade da experiência negra, como, por exemplo, a história da imprensa afro-americana ou da presença desse segmento populacional na Segunda Guerra

Mundial; por sua vez, existem outros eventos que podem ser examinados a partir da experiência negra, como, por exemplo, a história da escravidão nas Américas ou da Reconstrução nos Estados Unidos. Se, no primeiro caso, a História Negra pode ser definida como específica ou acoplada à história nacional; no segundo caso, ela pode ser compreendida como algo à parte, em que a experiência negra assume centralidade como eixo de referência da história (nacional ou transnacional e suas intersecções).

Há pouco, um artigo publicado no *website* do *Global Economic Forum* buscava informar uma audiência internacional sobre a importância da celebração do *Black History Month*, uma iniciativa que se desenvolveu a partir de um projeto particular do historiador estadunidense Carter Godwin Woodson, que propôs que uma semana do mês de fevereiro fosse dedicada aos estudos sobre a História dos Negros em 1926. O projeto cresceu e ganhou musculatura nos anos 1960, durante a luta por Direitos Civis com a proposta de um mês inteiro de celebração; em 1976, o então presidente dos Estados Unidos, Gerald Ford, postulou que o *Black History Month* fosse adotado em todo o país, justificando:

O último quarto de século finalmente testemunhou avanços significativos na integração total dos negros em todas as áreas da vida nacional. Ao celebrar o Mês da História Negra, podemos ter satisfação com esse progresso recente [...]. Além disso, podemos aproveitar a oportunidade para homenagear as realizações muitas vezes negligenciadas dos negros americanos em todas as áreas de esforço ao longo de nossa história.

Peço aos meus concidadãos que se juntem a mim em homenagem ao Mês da História Negra e à mensagem de coragem e perseverança que ele traz a todos nós (Ford, c2025).

Nas décadas seguintes, o exemplo estadunidense foi replicado no Reino Unido e no Canadá, atendendo a pressões da comunidade acadêmica e de organizações negras naqueles países. Passados quase 50 anos da postulação de Ford, o *mainstream* acadêmico reconhece o impacto de tais celebrações, para além das fronteiras estadunidenses. Isso tem causado um resultado virtualmente positivo, criando oportunidades para aprendizado e conscientização em instituições educativas e fora delas, nas quais as pessoas tomam contato com a narrativa da História Negra, racializam o olhar sobre o passado, extrapolando os limites das reflexões sobre a escravidão e o racismo, num misto de ativismo e

(re)visitação de experiências e realizações. “Para muitos *millennials* negros modernos”, pondera Alem Tedeneke, “a celebração de um mês da História Negra oferece uma oportunidade de reimaginar as possibilidades que nos aguardam” (Tedeneke, 2024).

Dois elementos chamam a atenção nas ponderações de Tedeneke: o primeiro é a relevância das motivações para a criação do mês da História Negra como evento nacional nos Estados Unidos e em outros países até os dias de hoje; o outro é o fato de que, quase meio século depois do discurso de Ford, ainda seja necessário explicar por que promover e divulgar a História Negra.

O Brasil tem uma população afrodescendente muito maior do que a dos Estados Unidos. A origem disso reside no tráfico transatlântico. Segundo estimativas, teriam sido traficadas 12,7 milhões de pessoas da África para as Américas, das quais 10 milhões teriam chegado vivas. Destas, quase 5 milhões tiveram como destino o Brasil, ao passo que 388 mil os Estados Unidos. Ou seja, a então colônia portuguesa e depois o Império do Brasil receberam aproximadamente metade dos africanos sequestrados de seu continente de origem (Alencastro, 2018). Na dialogia passado-presente, os números demográficos de cor/raça comparando Brasil e Estados Unidos continuam díspares. Hoje, enquanto aqui os negros – “pretos” + “pardos” – representam 55,4% da população de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), de 2022; lá, os afro-americanos representam 12,7%.

Diante disso, cabe formular a questão norteadora deste texto: como surgiu e se desenvolveu no país da América do Norte a História Negra? Também importa saber: em face da *Black History Month*, o Brasil tem esposado algo parecido? Em 2003, o país sancionou a Lei nº 10.639, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). A nova legislação tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira no currículo escolar do ensino fundamental e médio, em todas as instituições de ensino, públicas e privadas. Com efeito, o Brasil tem postulado uma História Negra semelhante à do paradigma estadunidense?

## Uma História Negra ou uma História dos Negros?

A história é uma árvore com muitos galhos e muitas folhas, que se expandem, renovam-se e se embaralham. Uma árvore que cresce e dá frutos, permitindo escalar seus galhos e deitar à sua sombra. Muitas vezes a podam ou a cortam, mas suas raízes permitem seu reflorescimento. Sabe-se que a história é múltipla, dialética, descentrada e que se reveste em diversas versões, refazendo-se de acordo com o contexto e o manuseio de quem a escreve. Também se sabe que a história é uma ferramenta político-ideológica – ora tolhida, apagada, revitalizada, reformatada, transgredida ou potencializada por grupos conflitantes. A transformação contínua, plurilinear e multifacetada é uma de suas principais características.

Os usos de dispositivos utilitários da história são parte da própria estrutura epistemológica do domínio disciplinar desde a Antiguidade, quando romanos e egípcios apagavam os nomes de antagonistas dos registros históricos, bem como os rostos de personagens indesejados de esculturas, pinturas e gravuras rupestres; a história tem sido manipulada para influenciar opinião e estimular ações e reações – individuais e coletivas – diversas (Chesneaux, 1995). Há muito tempo os profissionais do ofício abandonaram a máscara da neutralidade científica na investigação e construção do seu artefato catalisador: o texto histórico. Narrar sobre o passado significa arma de luta e, para os grupos insubmissos, isto é, em si, um dos sentidos precípuos da história.

As experiências desses grupos contribuem para o enriquecimento da história do conjunto da população, porque os eventos pretéritos afetam a todas a pessoas, ainda que possam ter impacto e significado diferente para segmentos distintos. Num discurso para professores, em meio à onda de protestos que tomou de assalto os Estados Unidos na década de 1960, James Baldwin discorreu sobre o desafio dos professores na preparação de estudantes para uma compreensão crítica da história estadunidense:

Não é realmente uma ‘revolução negra’ que está perturbando o país. O que está perturbando o país é um senso de sua própria identidade. Se, por exemplo, alguém conseguisse mudar o currículo em todas as escolas para que os negros aprendessem mais sobre si mesmos e suas reais contribuições para essa cultura, você estaria libertando não apenas os negros, você estaria libertando os brancos que não sabem nada sobre sua própria história (Baldwin, 1963).

Pode-se afirmar que a segregação racial nos Estados Unidos e a discriminação inscrita nas leis e em normas oficiais constituíram as bases para o advento do campo de estudos da História Negra no século XIX e que, no Brasil, a negação da existência do racismo e a suspeição sobre iniciativas para denunciar e combater a exclusão racial, aliadas a políticas sociais deficientes e às barreiras econômicas que mantiveram gerações de afrodescendentes longe das universidades, prejudicaram o desenvolvimento desse campo temático ao delongar a formação de historiadores desse segmento racial em número representativo que permitisse incidir, nos órgãos corporativos, sobre debates públicos e veículos de divulgação específicos para tal produção acadêmica.

Notadamente, a História Negra nos Estados Unidos se constituiu como ferramenta de luta contra a discriminação racial, tomando impulso ao longo do século XX, com o crescimento de instituições e organizações voltadas ao combate ao racismo, e o aumento no número de intelectuais negros dedicados aos estudos da história e sua influência sobre outros intelectuais no terreno da cultura – da literatura, do teatro, do cinema e das artes plásticas –, que ajudaram a popularizar tópicos da experiência negra. Pergunta-se então se, no Brasil, não seria este o momento de pavimentar, ou mesmo de conquistar, o reconhecimento da História Negra como campo de estudos com cariz epistemológico e metodológico próprio, a exemplo de outros domínios temáticos, adotados no país sem maiores polêmicas.

As origens da História Negra se mesclam às estruturas criadas durante o chamado período da Reconstrução, ao final da Guerra de Secesão Americana (1863-1877), contexto caracterizado pelo desenvolvimento de instituições negras como igrejas, escolas, clubes, jornais e associações de auxílio mútuo. A segregação racial que marcou o período suscitou a reação dos afrodescendentes, com a formação de seus líderes religiosos, professores, jornalistas, advogados e outros profissionais. A base da segregação, assim como a justificativa para a escravização de pessoas negras, era amiúde encontrada nos textos bíblicos, calcados em narrativas teológicas. Dessa maneira, a necessidade de criar igrejas próprias e de pregar o cristianismo para a população negra bafejou a demanda

de reinterpretar o texto bíblico de forma a estimular a autoestima dos recém-libertos e combater o racismo endógeno à religião.

Um dos primeiros historiadores dedicados ao estudo da História Negra nos Estados Unidos foi o jornalista, abolicionista e ativista contra a segregação racial, William Cooper Nell (1816-1874), que publicou um livro em 1855 sobre a participação dos negros na Guerra de Independência e na Guerra de 1812; uma narrativa em resposta à negligência dos historiadores da época que, ao ressaltar heróis militares e grandes vultos da história dos Estados Unidos, ignoravam os negros que se engajaram nas lutas pela liberdade e contribuíram na formação da pátria:

Sobre os serviços e sofrimentos dos soldados de cor da Revolução, nenhuma tentativa foi feita, até onde sabemos, para preservar um registro. Eles não receberam a atenção de nenhum historiador. Com alguma exceção, todos eles faleceram e apenas algumas poucas tradições permanecem entre seus descendentes. No entanto, sabe-se o suficiente para se fazer ver que os homens de cor livres dos Estados Unidos fizeram sua parte e enfrentaram grande parte dos sacrifícios e provações da Guerra Revolucionária [de Independência] (Nell, 1999, p. 9).

Na introdução do livro de William Nell, o reverendo Wendell Phillips escreveu:

As páginas seguintes são um esforço para conter a onda de preconceito contra a raça de cor. O homem branco despreza o homem de cor e passou a considerá-lo apto apenas para o trabalho braçal ao qual a maioria da raça foi condenada por tanto tempo. Esse preconceito nunca foi justificado e nunca será justificado. Ele deve ser superado. Em uma terra onde a riqueza é a base da reputação, o homem de cor deve provar sua sagacidade e iniciativa por meio de comércio ou investimento bem-sucedidos. Para mostrar sua capacidade de cultura mental, ele deve SER, não apenas reivindicar o direito de ser um acadêmico. A eminência profissional é peculiarmente o resultado da prática e da longa experiência (Nell, 1999, p. 8).

Percebe-se, assim, o caráter instrumental e, por vezes, ético-político da história: um saber que pode ser colocado a serviço da construção da cidadania negra. Historiadores, conscientes das filtragens, edições e distorções das narrativas de *clio* e do papel dos negros na formação dos Estados Unidos, revisaram fontes conhecidas e incorporaram novas fontes, propostas de abordagem e enunciações (Franklin, 1999). Nas últimas décadas do século XIX,

teve início o que Carter Woodson chamou de *mis-education* do negro, ou seja, a desconstrução de mitos e falsificações históricas sobre esse segmento populacional, que contribuiu para a baixa autoestima dos afro-americanos e para justificar a sua inferiorização racial (Woodson, 2000).

Em 1882, George Washington Williams (1849-1891) publicou o livro *History of the Negro Race in America from 1619 to 1880*. Williams nasceu livre e se alistou na carreira militar aos 14 anos; ao encerrá-la, estudou na Howard University, mas abandonou essa instituição para cursar Teologia, tornando-se pastor da Igreja Batista. Foi a partir de seus estudos e de sua prática religiosa que ele sentiu a necessidade de se debruçar sobre a História dos Negros para se contrapor ao discurso racista que legitimava o estado de subalternidade dos “irmãos de cor”. Williams iniciou sua incursão por esse domínio da história dos Estados Unidos atendendo a uma solicitação para discursar nas comemorações do centenário da independência. Naquela ocasião, ele palestrou sobre a contribuição dos negros estadunidenses na construção da nação e, para isso, empreendeu um mergulho profundo examinando fontes bibliográficas. A boa receptividade de seu discurso e a sua abordagem o animaram a continuar a estudar o tema nos anos seguintes, conforme ele explica no prefácio do livro:

Por dois anos eu gastei qualquer tempo disponível estudando o problema do tráfico de escravos africanos, a fundação das colônias britânicas na América do Norte, o problema da escravidão nas colônias, a ruptura entre as colônias e o governo britânico, a Guerra da Independência, a estrutura política do governo continental e da confederação, a questão da escravidão na legislação local e nacional; traçando então a trajetória da escravidão e antiescravidão até a Rebelião (Guerra Civil). Eu fiquei convencido de que a história do povo de cor na América é uma demanda, por causa da amplitude de material histórico confiável disponível na América do Norte, desde o tempo do descobrimento até os dias de hoje; porque em cada atentado contra a nação, fossem ataques de forças externas ou internas, pessoas de cor sempre demonstraram patriotismo sem igual e incomparável heroísmo em defesa da causa americana; e porque tal história daria ao mundo ideias mais corretas sobre as pessoas de cor e estimulá-las-iam a injetar maior esforço na luta por cidadania e por humanidade (Williams, 1882, p. V-VI).

Na sequência, Williams reconhece que, embora todas as alegações em defesa de uma história do negro fossem necessárias na abertura de seu livro, ele

nem precisaria listá-las, pois “o simples fato de que não existe uma História do Negro já seria razão suficiente para escrevê-la” (Williams, 1882, p. VI).

Baseando-se em sua experiência como pastor e como intelectual, Williams começou o seu trabalho aludindo à narrativa bíblica do velho testamento, que utiliza o conflito entre Noé e seus filhos para explicar a condenação dos negros à servidão, no episódio em que Noé, ao se sentir desrespeitado, amaldiçoa Cam e todos os seus descendentes com a escravidão. Utilizando argumentos teológicos, históricos e antropológicos, Williams refutou o discurso comum em sociedades cristãs escravocratas, que tomaram aquela passagem bíblica como justificativa e naturalização da escravização dos negros (Goldenberg, 2003). Seu livro colige uma importante descrição e análise de reinos africanos, ressaltando suas conquistas históricas e seus avanços políticos, culturais, comerciais, militares, tecnológicos, metalúrgicos, arquitetônicos e urbanísticos. Depois de expor a importância da África e dos africanos, Williams inicia a discussão sobre as origens da escravidão nos Estados Unidos e os diversos papéis dos negros nessa sociedade.

A receptividade de seu livro deveu-se em grande parte ao trabalho de professores negros nas escolas segregadas dos Estados Unidos, que procuraram desenvolver entre seus estudantes atividades e comportamentos relacionados à afirmação identitária e à autoestima, em contraposição ao discurso de inferiorização de pessoas negras. No período da Reconstrução, entre 1865 e 1877, ficou patente que o exercício da cidadania exigia a alfabetização; por isso, escolas voltadas à alfabetização e educação de negros foram criadas por todo o país. Aproximadamente 11 mil professores afro-americanos – homens e mulheres – foram registrados na database *Freedmen's Teacher Project*. A luta pela educação entre a população negra continuou nas décadas subsequentes, mesmo enfrentando a intolerância racista (Jones; Shmick, 2022).

Segundo John Hope Franklin, o grande mérito de *History of the Negro Race in America from 1619 to 1880* foi a proposta da História Negra como uma categoria de análise, sendo, aliás, o primeiro livro publicado com essa finalidade. Franklin admira o rigor acadêmico de Williams e sua apreciação sobre os perigos da história desvirtuada, convertida em propaganda no “estabelecimento de uma cidadania de segunda classe para os negros” (Franklin, 1999, p. 63).

Ao longo dos anos, publicações sobre a história dos afro-americanos, voltadas primordialmente ao público negro, multiplicaram-se nos Estados Unidos, acompanhando o crescimento desse segmento populacional letrado e das escolas para formação de seus professores, profissionais liberais e líderes religiosos. A *Southern Workman* foi uma revista publicada mensalmente pelo Hampton Institute, um dos *Black Colleges* criados logo após a Guerra Civil Americana para a educação de negros e indígenas. A revista começou a ser publicada em 1872, quatro anos após a fundação da instituição e trazia artigos acadêmicos sobre a história indígena, afro-americana e africana.

Carter Woodson foi o primeiro negro, filho de pessoas escravizadas, a receber o diploma de doutorado em História pela universidade de Harvard, em 1912. Cerca de três anos depois, em 1915, ele fundou a Association for the Study of Negro Life and History (ASNLH) e, no ano seguinte, passou a publicar a revista acadêmica *Journal of the Negro History* (Goggin, 1997). Essa revista, que ainda existe, era publicada desde o início a cada quatro meses, trazendo artigos escritos por homens e mulheres, negros e brancos, com análise de fontes primárias sobre a história dos afrodescendentes dos Estados Unidos e de outros países, e uma seção de resenhas sobre os mais recentes livros publicados sobre o assunto. No primeiro número da revista, em janeiro de 1916, Woodson, o editor, reuniu um artigo sobre os negros em Cincinnati, Ohio; um artigo acerca da trajetória de duas mulheres negras dedicadas à educação (Marie Louise, que se empenhou a educar seus filhos, e Fannie, filha de Marie Louise, que se tornou professora em escola pública, onde atuou por mais de 50 anos); um artigo sobre as civilizações africanas e outro a respeito da cultura afro-americana, baseado em provérbios populares negros. Todos os textos eram lastreados por fontes históricas e referências bibliográficas.<sup>1</sup>

Desde o primeiro volume, o *Journal of the Negro History* publicou artigos que demonstravam a preocupação com o método investigativo, o relevante papel da biografia nos estudos sobre a História Negra, a valorização das fontes orais, da

<sup>1</sup> The *Journal of African History* edited by Carter Woodson, vol. 1, n. 1, Janeiro 1916. Washington, DC; The Association for the Study of Negro Life and History, Incorporated. Disponível em: The Project Gutenberg: <https://www.gutenberg.org/cache/epub/13642/pg13642-images.html>. Acesso em: 12 janeiro 2025.

história das mulheres, da história cultural; a importância de se entender a História Negra numa perspectiva transnacional e com tópicos e repertórios que extrapolam a escravidão. O periódico trazia artigos de vários autores sobre a História dos Negros nos Estados Unidos, na África e em outros países da diáspora, examinando temas relacionados à cultura, à política, à educação, à migração e à mestiçagem.

O segundo volume do *Journal of the Negro History* apresentava uma síntese das reações dos leitores, por meio de cartas e telegramas ao editor, após tomarem contato com a publicação inaugural. Entre os leitores, encontravam-se professores, pastores religiosos, jornalistas, o pró-reitor de pós-graduação da Universidade de Harvard, diretores de escolas e até mesmo W. E. B. Dubois, que manifestaram a aprovação ante à qualidade dos artigos, do projeto editorial e da relevância político-acadêmica. Jornais como o *The New York Evening Post* e o *The Boston Herald* publicaram notas sobre a revista. A publicação foi especialmente bem acolhida por professores de História.

Meu caro Sr. Woodson:

Desejo acusar o recebimento do primeiro número do THE JOURNAL OF NEGRO HISTORY. Li com muito interesse e o parabenizo, como editor, por sua conquista. Quanto mais penso no assunto, mais acredito que há um lugar para tal publicação. A história do negro na África, nas Índias Ocidentais, na América Espanhola e nos Estados Unidos oferece um grande campo no qual pouco parece ter sido feito (Buffinton, 1916, p. 229).

Jornais dirigidos ao público em geral, que não eram parte da imprensa negra, também louvaram a iniciativa. *The Boston Herald*, um dos mais tradicionais dos Estados Unidos, publicou uma nota de 360 palavras, ressaltando a importância da iniciativa de Woodson:

Eles vão mostrar ao negro que sua raça é mais antiga que o Velocino de Ouro ou a Águia Romana; que a Etiópia teve uma história tão ilustre quanto a de Nínive ou Tiro, e que o negro pode muito bem se orgulhar da rocha da qual foi talhado. As poucas décadas de escravidão formam apenas uma pequena mancha escura nos anais de longas e grandes conquistas. Isso incorpora uma atitude fina e que deve ser completamente encorajada. Tem como objetivo ensinar ao negro que ele pode fazer o melhor serviço à sua própria raça cultivando aqueles traços raciais hereditários que valem a pena preservar, e não por uma imitação fatídica de seus vizinhos brancos (Woodson, 1916, p. 231).

Mesmo a tradicional American Historical Association (AHA) publicou uma nota de saudação em sua publicação oficial, *The American Historical Review*, naquele mesmo ano:

Um empreendimento que merece cordial recepção começou na publicação, em janeiro, do primeiro número do *Journal of Negro History*, editado pelo Sr. Carter G. Woodson, e publicado [...] pela Association for the Study of Negro Life and History, formada em Chicago em setembro de 1915. [...] os objetivos da associação e do periódico são admiráveis — não a discussão do ‘problema negro’, que é certo, por outros meios, de discussão ampla em quantidade pelo menos, mas exibir os fatos da história negra, salvar e publicar os registros da raça negra, tornar conhecido por artigos competentes e por documentos que o negro pensou, sentiu e fez [...] (Historical [...], 1916, p. 640-685).

O historiador Daryl Scott assinala que o projeto de Woodson, de estimular e propagar a produção da História Negra, começou no verão de 1915, o mesmo ano em que a AHA foi criada (Scott, c2025). Naquele ano, a cidade de Chicago promoveu uma grande exposição em comemoração aos 50 anos do aniversário da Emancipação, dentro do chamado Coliseum, o mais importante centro de eventos da cidade, com o intuito de comemorar o progresso atingido por pessoas negras desde o fim da escravidão. Woodson foi um dos principais convidados a palestrar, ocasião na qual apresentou um painel sobre a História Negra. O evento atraiu milhares de negros que viajaram de diversas partes do país e enfrentaram filas durante três semanas para visitar a exposição (Goggin, 1997).

Em 1926, a ASNLH realizou a primeira Semana de História Negra. O mês de fevereiro foi o escolhido a fim de celebrar o nascimento de dois dos maiores vultos da História dos Negros nos Estados Unidos: Abraham Lincoln e Frederick Douglass. Num país marcado pela violência do racismo e da segregação, a organização de uma semana de valorização do protagonismo negro, para além das fronteiras da ASNLH ou de uma cidade em particular, foi um trabalho educador, político e diplomático. Ao final, o evento conseguiu engajar *Black Colleges*, escolas, instituições culturais, universidades e igrejas dos estados de Delaware, West Virgínia, Maryland, e da cidade de Washington, com o apoio financeiro de igrejas, associações de serviço social e empresas, contando principalmente com o envolvimento de professores, pastores e outras lideranças populares, influenciadoras da opinião pública. O material didático foi preparado e

enviado antecipadamente para as instituições participantes, para nortear as palestras e os debates. Na avaliação de Woodson:

Entre os negros envolvidos houve uma agitação na direção da participação ativa no evento. Consultas chegaram rapidamente à sede da ASNLH, e foram respondidas com a mesma rapidez. O programa provisório sugerido provou ser popular. Isso incluiu exercícios enfatizando a importância da origem africana, do negro na descoberta e exploração da América, do trabalhador, do inventor, do soldado, do poeta, do artista, do porta-voz, da imprensa, do homem de negócios, da classe profissional, do educador e do ministro religioso (Woodson, 1926, p. 241).

Nos anos seguintes, o interesse pela Semana de História Negra se ampliou, novas cidades aderiram à celebração e professores aumentaram a procura por materiais como *posters*, mapas, iconografia, literatura, biografias, planos de aula, entre outros recursos didático-pedagógicos. Surgiram os *Negro History Clubs*, dedicados ao estudo da História Negra durante todo o ano. A demanda atingiu as livrarias e editoras passaram a incluir temas e autores negros. Aos poucos, o que seria uma semana de celebração para incentivar e preparar professores para ensinar a História Negra passou a ser um mês inteiro, culminando com a popularização do *Black History Month* nos anos 1960, quando o movimento por direitos civis abraçou a história como ferramenta na educação em prol da emancipação e do orgulho racial.

Apesar de a maioria dos intelectuais negros concordar com a necessidade de se escrever uma nova História da população afrodescendente, houve divergências no tocante às abordagens, interpretações e narrativas, de modo que o campo da História Negra esteve sempre aberto a historiadores brancos estadunidenses e de outras nacionalidades, além de dialogar com a produção histórica de outras partes do mundo que se conectam ou assemelham à experiência negra nos Estados Unidos.

Dentro e fora deste país, o campo tem sido objeto de dissensos e controvérsias a mais de um século, com grande influência do movimento pela descolonização no Caribe inglês e em países africanos, movimento, por sinal, que levou a uma produção historiográfica que repelia paradigmas coloniais. Alguns estudiosos mais assertivos defendem uma História Negra feita exclusivamente por autores negros, enquanto outros afiançam uma autoria de qualquer

pertencimento étnico-racial, preferindo a definição da área a partir dos temas, problemas, discursos, sujeitos e fontes (Wright, 2002). Como em outros campos disciplinares, as fronteiras da História Negra são flexíveis e porosas, valendo-se de elementos da História Oral, História Cultural, História Social, Biografia, História Econômica, História Transnacional, História Comparativa e de muitos outros marcadores, além de incorporar métodos investigativos e arcabouços conceituais de outras disciplinas como a Sociologia, Antropologia, Psicologia, Economia, Direito, Estudos de Gênero, entre outras.

As tensões e as batalhas em prol da História Negra continuam até os dias de hoje, como é comum no processo de legitimação de diversas áreas disciplinares. De acordo com Eric Foner (2003), não há nada de estranho no fato de que cada geração reescreva a história conforme as suas demandas ou a partir de discordâncias sobre interpretações de fontes ou, ainda, consoante a sua compreensão de como a história deve ser ensinada. Isso faz parte do processo de produção acadêmica.

Depois de mais de um século de História Negra e, principalmente, em face do avanço da globalização no mundo acadêmico, que tem facilitado traduções e colaborações entre historiadores de lugares diversos e estudos comparativos, temas de maior amplitude geográfica têm demonstrado que, mais do que uma história da população afro-americana, a História Negra arvora-se como uma categoria analítica ou, antes, um paradigma de domínio intelectual mais abrangente, aplicável a outras nacionalidades, tanto em estudos locais como de história global, a exemplo das guerras mundiais, dos jogos olímpicos ou das epidemias, quando a proposta é entender o protagonismo negro em tais eventos ou como eles reverberaram na população afrodescendente. É uma história de conotação por vezes pragmática: seu intuito fundamental é desfazer as imagens e representações de subalternidade da população negra, que foram naturalizadas ao longo de séculos de escravidão e pós-abolição. O uso do vocábulo “negra” como equivalente a “black”, em vez de afro-brasileira ou afro-americana, está ligado ao conceito de negritude, naquilo que remete à decolonialidade, à luta contra o racismo e à afirmação do manancial civilizacional (re)criado na experiência afrodiáspórica.

A persistente relutância à História Negra como uma história racializada, que pretensamente alimenta as tensões sociais e políticas, pode ser comparada à relutância inicial à História das Mulheres, uma área criticada por provocar uma “divisão” da história e mesmo por incorporar a pauta política feminista à agenda de pesquisa, algo que, para historiadores tradicionais, deveria ser evitado (Perrot, 2007). A História das Mulheres e a História das Relações de Gênero foram gestadas como resultado de reivindicações de estudiosas que denunciaram o silêncio e a invisibilidade das mulheres e das diversas categorias de gênero na escrita da história, situação sobre a qual referendava a necessidade da inclusão de novos sujeitos e objetos de pesquisa, de novos questionamentos, abordagens e narrativas. Algo que a História Negra vem fazendo há mais de um século.

Entretanto, a oposição estadunidense tem sido por vezes visceral, desde os primeiros – e ainda comuns – comentários do tipo: “não existe *Black History*, existe *American History*”, até libelos que conclamam à “desromantização da *Black History*” (Walker, 1991) ou a acusam de se basear em suposições falaciosas sobre civilização africana e empregar métodos históricos inadequados (Patterson, 1971). Esse processo de questionamento tem levado, inclusive, à eventual defesa da adoção de censura no componente curricular de História, no sentido de proibir ou tolher o ensino escolar de temas sensíveis – como a escravidão, a violência dos linchamentos e o racismo estrutural – à luz de uma abordagem que possa deixar alunos “desconfortáveis” (King, 2017). Nos últimos anos, a oposição foi recrudescida e ganhou porta-vozes tanto no Congresso Nacional quanto entre grupos de mães de estudantes, que classificam a Teoria Crítica da Raça<sup>2</sup> como uma abordagem nociva à educação de jovens (Ray, 2023), assim como rejeitam o Projeto 1619 e sua proposta de uma nova interpretação da presença negra nos Estados Unidos e de sua importância na formação da nação (Holton, 2024).

---

<sup>2</sup> A Teoria Crítica da Raça (TCR) é um movimento de ativistas e acadêmicos, a princípio do Direito, empenhados em estudar e transformar a relação entre raça, racismo e poder, que ganhou capilaridade quando seus quadros passaram a denunciar não só o racismo sistêmico – estrutural e institucional – nos Estados Unidos, como também a falsa neutralidade do sistema judiciário frente à questão racial. Com o tempo, o movimento assumiu maior abrangência, despertando a atenção com proposições em prol da ampliação dos direitos e cidadania da população afro-americana. Sobre o assunto, conferir Richard Delgado e Jean Stefancic: DELGADO, Richard e STEFANCIC, Jean. *Teoria crítica da raça: uma introdução*. São Paulo: Contracorrente, 2021.

## Uma História Negra brasileira?

Em artigo de 1974, Beatriz Nascimento se interpelava: como abordar a “história do negro no Brasil?”. Um trabalho que “trate de um povo como nós tem que levar em conta aspectos não apenas socioeconômicos como também raciais”. A partir dessa premissa, a professora de História e ativista negra asseverava: “a história da raça negra ainda está por fazer, dentro de uma história do Brasil ainda a ser feita. Esse projeto é difícil. É um desafio. Este desafio, aceitei-o totalmente” (Nascimento, 1974a, p. 44-45). Na avaliação de Nascimento, não podemos aceitar que a história da população negra no Brasil seja entendida “apenas através dos estudos etnográficos, sociológicos”. As pessoas negras devem fazer a sua história, buscando elas mesmas, jogando seu inconsciente, suas frustrações, seus complexos, estudando-os, não os negando. A seu ver, “só assim poderemos nos entender e nos fazermos aceitar como somos, antes de mais nada pretos, brasileiros, sem sermos confundidos com os americanos ou africanos, pois nossa história é outra, como é outra nossa problemática” (Nascimento, 1974a, p. 45).

Em outro artigo de 1974, Nascimento retomava o assunto, qual seja, o projeto de uma História Negra: “é tempo de falarmos de nós mesmos não como ‘contribuintes’ nem como vítimas de uma formação histórico-social, mas como participantes dessa formação” (Nascimento, 1974b, p. 67-68). Na sua concepção, não é uma tarefa nada fácil para as pessoas negras que se dispõem a estudar a história de seus patrícios: a começar pela elaboração de “uma metodologia adequada e de uma outra conceituação não só no nível do estudo em si, porém, na utilização de conceitos que vão ao encontro daqueles universalizados pela dominação ocidental” (Nascimento, 1974b, p. 67-68). Portanto, para Nascimento, desenvolver uma metodologia de estudo para a História Negra consiste num grande desafio:

Pois, impregnado de uma cultura em todos os sentidos branca e europeizada, se faz necessário perguntar a si próprio se determinados termos correspondem à sua perspectiva, se não somente reflexos do preconceito, repetidos automaticamente sem nenhuma preocupação crítica. Ou seja, se não estamos somente repetindo os conceitos do dominador sem nos perguntarmos se isso corresponde ou não à nossa visão das coisas, se esses conceitos são uma prática, e, caso sejam uma prática, se isso é satisfatório para o negro (Nascimento, 1974b, p. 68).

Como se pode notar, Nascimento questionou os alicerces da historiografia brasileira, a partir de um viés epistemológico negro-centrado. Talvez por isso ela declarou ter aceitado o desafio de produzir uma História Negra. Apesar da promessa, ela não o fez. Isso, porém, não mitiga a importância de suas reflexões em torno da necessidade da formulação de novas narrativas, abordagens e dispositivos teórico-analíticos para se apreender as experiências afro-brasileiras ao longo do tempo. Em última instância, Nascimento esboçou um projeto de uma História Negra. Seus arrazoados vieram à tona quando as narrativas históricas hegemônicas sobre a população negra passaram a ser revistas.

O livro de Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, é emblemático. Publicado em 1962 como parte de um programa de investigação relacionado à sociedade escravocrata e ao negro no Sul do país, o trabalho é um marco da Escola Paulista de Sociologia.<sup>3</sup> A despeito de fazer um grande esforço para denunciar a violência das relações escravistas e negar o mito da democracia racial, Fernando Henrique Cardoso (FHC) via o escravizado como coisa, no sentido de que sua vontade consistia em reflexo da vontade do senhor (Cardoso, 1997, p. 125). A tese do “escravo-coisa” levou FHC a julgar que a posição estrutural dos cativos os impossibilitava de forjar uma consciência crítica, de vislumbrar seus interesses específicos e traçar seu próprio destino. Em síntese, para FHC, o escravizado era um alienado, pois foi educado na ponta do chicote somente para servir e animar a produção senhorial.

Ao enfocarem diferentes lugares, como São Paulo (Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes*, 1964), Paraná (Otavio Ianni, *As metamorfoses do escravo*, 1962), Santa Catarina (Fernando Henrique Cardoso e Otavio Ianni, *Cor e mobilidade social em Florianópolis*, 1960) e Rio Grande do Sul (Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, 1962), os estudiosos da Escola Paulista de Sociologia concluíram, em maior ou menor

<sup>3</sup> A partir de meados da década de 1950, um grupo de cientistas sociais e jovens pesquisadores (Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Otavio Ianni, Renato Jardim Moreira, entre outros), da Universidade de São Paulo (USP), desenvolveram estudos sobre as relações raciais no Brasil por uma perspectiva analítica nova: a das desigualdades e das discriminações raciais, relacionadas à modernização e à situação das classes sociais no país. A esse grupo de pesquisadores convencionou-se chamar de Escola Paulista de Sociologia.

grau, que o sistema escravista brasileiro foi perverso e draconiano, tendo brutalizado o escravizado, a ponto de tender a solapar a sua humanidade, impossibilitando-o de enxergar a si – e ao mundo – através de lentes que não aquelas impostas pelo pensamento senhorial.

Até a década de 1970, a visão do “escravo-coisa” – termo cunhado por Sidney Chalhoub *a posteriori* – era predominante no meio acadêmico. Vale reportar o livro de Jacob Gorender, *O escravismo colonial*, de 1978. Defendendo que a violência era inerente ao sistema e o escravizado era visto, nas relações sociais, apenas como objeto, ou seja, como coisa, chega a sugerir que a única forma de humanidade dos cativos no sistema escravista era por meio do crime: fugas, rebeliões e atos de violência (Gorender, 1978).

Na década de 1980, houve uma mudança de paradigmas nos estudos sobre a escravidão. O ponto alto desse processo de renovação historiográfica deu-se nas comemorações do centenário da abolição, em 1988, quando várias pesquisas foram publicadas, abarcando diferentes aspectos da experiência do cativeiro. Os historiadores ali deslocaram o eixo da análise: da abordagem da violência do sistema escravista para a das relações cotidianas entre “senhores” e “escravos”, mostrando que os cativos tinham *agency*. Lham o mundo à sua volta e, a partir daí, negociavam com o senhor por melhores condições de vida, selavam acordos, costuravam redes de solidariedade, clientela e compadrio; barganhavam relações e arranjos familiares, articulavam espaços de autonomia, politizavam o dia a dia e tinham noções de direito.

Na esteira dessa nova linha interpretativa, que procurava desvelar a negociação como léxico de resistência ao cativeiro, surgiram importantes trabalhos, como *Crime e escravidão* (1987), de Maria Helena Machado; *Campos da violência* (1988), de Silvia Lara; *Negociação e conflito* (1989), de João José Reis e Eduardo Silva; *Visões de liberdade* (1990), de Sidney Chalhoub; *Liberdade* (1998), de Marcus Carvalho, entre outras obras de historiadores que passaram a mirar as formas de resistência cotidianas – em vez das formas excepcionais, como fugas e rebeliões –, os espaços de negociação no interior do sistema escravista e, mais do que isso, passaram a abordar os escravizados, não como vítimas nem heróis, mas como sujeitos de sua história, que foram capazes de instituir um mundo

específico, com lógica e racionalidade próprias, mesmo sob a violência e as condições adversas do mundo do cativeiro.

A partir da década de 1990, operou-se uma outra renovação na historiografia sobre a população negra: a emergência do campo do pós-abolição. Um número crescente de historiadores passou a canalizar esforços para escarafunchar, descortinar e examinar a experiência histórica não dos escravizados, mas dos “libertos” e das pessoas “livres de cor”, durante e após o período da escravidão, mesmo cientes das dificuldades e complexidades relacionadas à temática.

De todas as imagens veiculadas pela historiografia, inclusive em livros didáticos, uma das mais recorrentes era aquela que preconizava que a liberdade não trouxe nenhuma mudança para a vida dessas pessoas, pois elas teriam sido abandonadas pelas políticas públicas, alijadas de seu trabalho e rechaçadas pela sociedade. Autores canônicos nas décadas de 1960 e 1970, como Florestan Fernandes, acreditavam que a “herança da escravidão” provocou nos libertos um estado de desajustamento e “anomia social”, razão pela qual esses sujeitos foram “largados à própria sorte”, isto é, foram lançados na sociedade livre desprovidos de atributos morais, psicossociais e materiais para nela integrarem-se (Fernandes, 1964).

O mérito dessa assertiva é de denunciar a marginalização dos negros, mas, ironicamente, na medida em que enfatiza apenas esse aspecto, tende a escamotear a luta empreendida por tantas pessoas para conquistar suas liberdades e para construírem suas “vidas depois da escravidão. Desconsiderar a conquista da liberdade é desconhecer a história específica desta comunidade e a importância de sua atuação na mudança social pela qual a sociedade passou neste período” (Xavier, 1996, p. 16).

Conforme a historiografia do pós-abolição tem demonstrado, os libertos e seus descendentes não padeciam em estado de “sociopatia” ou “anomia social”. Quer no Recôncavo Baiano, no Vale do Paraíba Fluminense, no Oeste Paulista, no Planalto Meridional ou em outros lugares do Brasil, eles procuravam viver com autonomia, valorizavam os laços familiares – de parentescos e compadrioses –, teciam trajetórias heterogêneas, exerciam ofícios diversos – nas cidades e no

campo –, amealhavam pecúlio, forjavam projetos de vida e de auxílio mútuo, interagiam e negociavam com outros segmentos da sociedade envolvente, travavam disputas nas barras dos tribunais, possuíam senso de cidadania e discernimento político, aspiravam ser tratados com dignidade e procuravam, tanto quanto possível, inserir-se socialmente (Andrews, 1998; Butler, 1998; Mattos de Castro, 1995; Xavier, 1996).

Se, na década de 1990, surgiram os primeiros trabalhos sobre as experiências negras no pós-abolição, foi na aurora do terceiro milênio que a historiografia brasileira incorporou, efetivamente, esse campo investigativo. Houve a ampliação das questões, do repertório temático, das (re)leituras das fontes, dos instrumentais analítico-conceituais, entrando em cena novas abordagens, fabulações e problematizações. Nesse sentido, convém mencionar *Memórias do cativeiro* (2005), de Hebe Mattos e Ana Lugão Rios; *Encruzilhadas da liberdade* (2006), de Walter Fraga Filho; *O jogo da dissimulação* (2009), de Wlamyra Albuquerque; *Terms of inclusion* (2011), de Paulina Alberto; *Da nitidez e invisibilidade*, de Flávio dos Santos Gomes e Petrônio Domingues (2013); *A reprodução do racismo* (2016), de Karl Monsma, entre outros livros que confrontaram as narrativas cristalizadas.

Essas mudanças historiográficas ocorreram quando a agenda das questões de raça, racismo e antirracismo se instalou no Brasil. Intelectuais, universidades, imprensa e movimentos sociais contribuíram para tornar politizado o fenômeno da racialização, promovendo debates e embates, lançando manifestos, como jamais havia ocorrido na esfera pública brasileira. A população negra se tornou sujeito de direitos no cenário de uma nação em busca da superação do fantasma do racismo, um problema público vertido como fundamento para pleitos de reconhecimento identitário, de justiça redistributiva e de reparação histórica (Paschel, 2016). Políticas públicas foram implementadas em favor da população negra, das quais se destacaram os programas de ações afirmativas e cotas raciais nas universidades públicas.

As cotas têm acalentado mudanças nas universidades, em geral, e na historiografia, em particular, com a chegada de jovens negros, periféricos, quilombolas, que vocalizam sua corporeidade, seu cabedal, suas indagações e

demandas de autores, que reverberam nos ementários de pesquisa, no tensionamento à matriz de pensamento eurocentrado, no repertório analítico, na grade curricular, nos debates dentro – e fora – da sala de aula e na formação de historiadores com outras experiências – éticas e estéticas –, percepções e narrativas sobre as encruzilhadas do tempo.

Seja como for, há algumas décadas os brasileiros têm superado, por meio do diálogo multilateral, a visão de que o país não deve se inspirar nos Estados Unidos nos estudos sobre raça, racismo e antirracismo, porque a nossa sociedade não experimentou o sistema de *Jim Crow* – o ódio e a segregação raciais impostas por leis –, como foi o caso daquele país da América do Norte, nem o regime do *Apartheid*, como o da África do Sul. No entanto, a experiência negra no Brasil, ainda que *sui generis*, apresenta pontos de similaridade com outras nações (Fredrickson, 2008).

Em 2003, foi sancionada a Lei nº 10.639, que incluiu no currículo oficial da rede educacional – pública e privada – a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”. No tocante ao ensino de história, tratou-se de um marco ao incorporar à cultura escolar a discussão de uma temática negligenciada amiúde (Domingues, 2025). Na prática, a implementação da lei desencadeou uma grande discussão sobre a historiografia – as abordagens, interpretações, narrativas, fontes e recursos didático-pedagógicos para cumprir com as incumbências normativas e os conteúdos programáticos. Isso levou à revisão dos livros e suportes didáticos de história, à criação de disciplinas específicas nas universidades, bem como a realização de cursos e plataformas de formação de professores da rede, para suprir uma necessidade pragmática: como trabalhar com história e cultura afro-brasileira? A normativa legal também levantou discussões importantes sobre as Diretrizes Curriculares, como apontam Martha Abreu e Hebe Mattos:

As novas medidas aprovadas não se referem apenas à pluralidade cultural, mas se propõem desenvolver diretamente políticas de reparação e de ação afirmativa em relação às populações afro-descendentes. As ‘Diretrizes’ trazem para o âmbito da escola, pela primeira vez, a importante discussão das relações raciais no Brasil e o combate ao racismo, tantas vezes silenciado ou desqualificado pelas avaliações de que o Brasil é uma democracia racial (Abreu; Mattos, 2008, p. 8-9).

A Lei nº 10.639 tem sido um grande incentivo para o desenvolvimento da produção de conteúdos de ensino sobre a História Negra, porém não é possível afirmar que ela equivalha às propostas encampadas nos Estados Unidos por parte, seja de Carter Woodson, seja de seus críticos (Patterson, 1971; Walker, 1991; Wright, 2002). A legislação brasileira, calcada no princípio da pluralidade cultural, não acenou para normalizar a racialização da historiografia. Apesar disso, ela fez parte da agenda das questões raciais que emergiu no país, ensejando uma inédita arena de debate público, com impactos não apenas político-institucional, mas intelectual, cultural, ético e historiográfico.

Do ponto de vista intelectual, houve a criação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) em 2000. Sua finalidade é reunir os pesquisadores afro-brasileiros, além de fomentar o desenvolvimento de epistemologias negras à luz da experiência afrodiáspórica e de outros sistemas de conhecimentos alternativos ao cânone (Gomes, 2010, p. 501). Na esteira do debate sobre novas epistemologias, ganharam projeção no Brasil tanto os estudos e teorias pós-colonias e decolonias, quanto as investigações e discussões sobre intelectuais negros e negras, brasileiros e estrangeiros. Foi nesse contexto – em que a nação finalmente sinalizou pela promoção do multiculturalismo em nome do direito ao reconhecimento da diferença, à reparação, ao orgulho racial e à construção de outros saberes relacionados à emergência da categoria “intelectuais negros” (Grin, 2010) – que se ventilou a discussão sobre a História Negra.

Em 2013, foi fundado o Grupo de Trabalho (GT) Emancipações e Pós-Abolição, durante o XXVII Simpósio Nacional da Associação Nacional de História (Anpuh), na cidade de Natal. Conforme a coordenação do GT argumenta no portal da Anpuh, o reconhecimento de escravizados e descendentes como sujeitos históricos acabou por influenciar os estudos sobre o pós-abolição. Em oposição à tese clássica do “largados à própria sorte”, pesquisas importantes procuraram responder o que ocorreu com a população negra depois de 13 de maio de 1888. A publicação de livros, a realização de eventos nacionais e internacionais e a “formação de grupos de pesquisa adjetivados pelo termo ‘pós-abolição’, de Norte a Sul do Brasil, atestam a emergência de um destacado campo de investigação”.

Sem dúvida, o GT Emancipações e Pós-Abolição tem levado a cabo novos questionamentos, arcabouços analíticos, metodologias, fontes e narrativas sobre a História Negra, contudo também não é possível postular que seus ditames sejam similares aos esposados nos Estados Unidos por parte, quer de Carter Woodson, quer de seus críticos (Patterson, 1971; Walker, 1991; Wright, 2002). Em 2015, articulou-se a Rede de Historiadores Negros e Negras, com a perspectiva de colocar em xeque a naturalização do racismo à brasileira nos domínios de *clio*, trocar experiências de ensino/pesquisa e fortalecer a atuação de profissionais que foram invisibilizados na historiografia. Ao longo dos anos, a rede promoveu eventos acadêmicos, pedagógicos e políticos; selou parceria com o Geledés e o Acervo Cultne para veicular uma coluna semanal cujo conteúdo articulasse texto, vídeo e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC); elaborou a exposições virtual “Nossas Histórias: vidas, lutas e saberes da gente negra”, entre outras iniciativas que têm mobilizado historiadores negros e negras de diferentes regiões do país (Alves; Pereira, 2025).

## Além da escravidão

O Brasil tem uma tradição de se alinhar nos terrenos cultural, econômico, geopolítico e, mais recentemente, no do antirracismo aos Estados Unidos, porém, o país não se espelhou na referência estadunidense da Black History Month, optando, nas últimas décadas, por comemorar o Dia da Consciência Negra, que recentemente deu origem à celebração do Mês da Consciência Negra. A efeméride brasileira está centrada no protagonismo de Zumbi do Palmares, alçado à condição de herói da resistência à escravidão e da luta antirracista (Hertzman, 2024), enquanto a efeméride estadunidense, que inclui discussões sobre escravidão, emancipação, racismo e antirracismo, gira em torno da produção acadêmica, especialmente da História Negra durante e para além da escravidão.

No Brasil, a validação da História Negra ainda é um assunto espinhoso, e não é apenas porque a nação escolheu celebrar o Dia da Consciência Negra, ressaltando a politização da memória de Zumbi dos Palmares e da resistência ao cativeiro. De fato, a questão racial está na base do impasse enfrentado por uma nova proposta epistemológica, porque o establishment acadêmico brasileiro

ainda não desenvolveu a cadeira de História Negra como um domínio temático específico e, a um só tempo, parte integrante do campo dos estudos históricos, assim como a História Econômica, História Ambiental, História da Saúde e da Doença, História da Infância e da Juventude, História das Mulheres, História do Trabalho e dos Trabalhadores, História Indígena, entre tantas outras.

É inconteste a importância do GT Emancipações e Pós-Abolição, congregando historiadores de várias partes do país, que realizam suas investigações, compartilham experiências de pesquisa, publicam seus trabalhos e reúnem-se em simpósios voltados ao mundo acadêmico. A contribuição desse GT para o avanço dos estudos históricos é indiscutível, porém sua diretriz predominante tende a apreender as pessoas negras como escravizadas ou emancipadas, ou seja, a referência básica predominante é a escravidão.

Talvez não seja por acaso. A contribuição dos pesquisadores que, principalmente, a partir das décadas de 1970 e 1980, têm labutado por emplacar uma nova visão da história da escravidão no Brasil, é amplamente reconhecida, assim como se reconhece o período escravista como um marco fundamental na história do Brasil, da África e das Américas, à medida que nele se erigiram as bases da modernidade no Mundo Atlântico. O trauma da escravidão na experiência histórica de pessoas se estendeu por gerações após a emancipação, e está na raiz do racismo praticado contra os descendentes das vítimas daquela estrutura. No entanto, os legados não são apenas continuidades, mas também rupturas, reinvenções e atualizações (Telles, 2003). O que dizer do racismo? Para além de herança do passado, consiste em um dispositivo de engenharia social mutante, rizomático e fugidio, que adquire novas configurações no tempo presente – ante os desafios da pós-modernidade da cultura digital, de um lado, e das tecnologias ancestrais, de outro.

Nesse panorama, hipoteca-se a necessidade de inscrição da História Negra na agenda de debates dos estudos históricos que abrangem a escravidão e o pós-abolição, mas que vão além desse binarismo tópico, rompendo a primazia do eixo de referência do cativeiro – como assevera Beatriz Nascimento (2018, p. 67), “o negro brasileiro possui também uma herança histórica baseada na liberdade e não no cativeiro”. Importa, ainda, salientar as experiências históricas

multifacetadas, as relações raciais contextuais e as trajetórias – individuais e coletivas –, alianças, negociações, conflitos e ambiguidades na construção de tramas, urdiduras e cenários múltiplos, complexos e contingenciais. Longe de negar a famigerada opressão racial, o desafio é de lançar luzes em representações, simbologias, arenas, tradições e narrativas de protagonismo, resistência e agenciamentos – experiências de vida que oscilam entre a sujeição e a fuga (Harney; Moten, 2013, Hartman, 2025).

A história das populações negras pode ser definida como específica, porém, subsumida à história nacional. Ou pode ser compreendida como algo à parte, eixo de referência analítica de históricas nacionais e transnacionais, das quais fazem parte as experiências diáspóricas, por exemplo, de afro-brasileiros, afro-americanos e suas interações. Assim, a História Negra é conectada: em alguns aspectos, assume dimensão local; em outros, entrelaça-se à história da nação ou a das redes transnacionais. Seja como for, trata-se de um campo de parâmetro epistemológico próprio, dotado de uma vocação transversal e caracterizado por temáticas e camadas que aparecem interseccionadas em diversos flancos do conhecimento histórico. Parafraseando Clóvis Moura, faz-se mister impulsionar uma História Negra, a fim de desviar a nossa produção historiográfica desse “caminho alienador e repor os acontecimentos históricos no seu devido lugar, resgatando, como isto, o papel social, político, econômico e cultural que o negro desempenhou na formação e desenvolvimento do Brasil” (Moura, 1990, p. 216).

Em 1990, Clóvis Moura publicou o livro *As injustiças de clio: o negro na historiografia brasileira*, ocasião na qual desferiu uma crítica contundente à escrita da história nacional – a considerada clássica e que se destacava até o aparecimento de uma produção universitária mais recente –, que via o negro passivo como escravizado e subalterno como cidadão:

O negro, no particular, é o grande desconhecido. Durante todo o percurso da nossa história, a sua contribuição tem sido negada direta ou veladamente e apenas destacadas as suas qualidades como escravo, produtor de uma riqueza de que não participava. Os historiadores que se debruçaram sobre a nossa realidade jamais, ou muito raramente, viram o negro como força dinâmica na nossa formação política, social, cultural ou psicológica. Todos os antigos preconceitos bíblicos, científicos ou racistas foram unidos, compactados e aplicados na análise do comportamento da população negra (Moura, 1990, p. 12).

Clóvis Moura lavrou tal assertiva em livro de 1990. De lá para cá, já se passaram 35 anos, de modo que houve um processo de revisão do quadro tradicional. Ou seja, na historiografia brasileira contemporânea, o negro não é mais “um grande desconhecido”, assim como não se pode dizer que, atualmente, a historiografia brasileira só aborda esse segmento populacional na condição de escravizado. O negro no pós-abolição é, por sinal, uma área de estudos e pesquisas em franca expansão. De toda sorte, pode-se inferir que as palavras de Moura permanecem atuais numa coisa: devemos ver esse segmento populacional como força dinâmica e engenhosa no processo de formação econômica, política, social, cultural e espiritual da nação.

Talvez nosso enigma seja engendrar uma História Negra por mecanismos próprios ou se reappropriando do que tem sido feito nos Estados Unidos e alhures. Nesse sentido, cumpre investir num paradigma do negro como sujeito proativo da história brasileira, que agencia seus interesses – anseios, projetos e utopias –, delineia suas realizações, inclusive subjetivas, e entabula seu devir, uma encruzilhada de autodeterminação que pode ser apreendida pela chave, seja de uma “história vista de baixo” (Thompson, 2001), da utensilagem diaspórica (Butler, 2000), da “fabulação crítica” (Hartman, 2021), de uma perspectiva “situada”<sup>4</sup> ou êmica – pelas lentes dos atores dessa história e não dos observadores contemporâneos, eis alguns dos desafios candentes relacionados à produção de uma História Negra, cujas narrativas, conforme preconiza Robin Kelley (1999), são – e sempre foram – de implicações nacionais e, simultaneamente, globais/transnacionais.

Enquanto nos Estados Unidos a História Negra, cuja origem remonta ao século XIX e seu auge ao contexto do movimento dos direitos civis nas décadas de 1960 e 1970, passou por uma fase de refluxo e, hoje, sofre ataques de setores conservadores, como os chauvinistas e os supremacistas brancos, que evocam uma história única sob o pretexto de história nacional e desracializada (Jones, 2025), no Brasil é chegado ao momento de uma discussão sobre o assunto: o

---

<sup>4</sup> Para Patricia Hill Collins (1990), o saber válido não é apenas aquele que se estrutura consoante os paradigmas científicos tradicionais, mas também aquele produzido a partir de “epistemologias do ponto de vista”, nas quais a experiência vivida e situada ocupa papel constitutivo da teoria social.

processo de emergência e burilamento, quando não de legitimação pelos protocolos da disciplina acadêmica, de uma História Negra, que, tecida na rede de diálogos e conexões com a de outros países da diáspora e da África, contribua para a edificação de novas bases epistemológicas na arena de *Clio*.

## Referências

- ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 5-20, jan./jun. 2008.
- ALBERTO, Paulina L. **Terms of inclusion**: black intellectuals in twentieth-century Brazil. Chapel Hill, The University of North Carolina Press: 2011.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. **O jogo da dissimulação**: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. África, números do tráfico atlântico. /n: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 57-63.
- ALVES, Iracélli da Cruz; PEREIRA, Bethânia Santos. Nossas histórias contadas por nós: Rede HN, história pública e antirracismo. /n: PRIORI, Claudia; ALVES, Iracélli da Cruz (orgs.). **História pública, direitos humanos e diversidade**: práticas e experiências. Curitiba: CRV, 2025. p. 97-114.
- ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. Bauru: EDUSC, 1998.
- BALDWIN, James. A talk to teachers. /n: ZINN EDUCATION PROJECT, [s. l.], 16 Oct. 1963. Disponível em <https://www.zinnedproject.org/materials/baldwin-talk-to-teachers>. Acesso em: 10 jan. 2025.
- BUFFINTON, Arthur Howland. [Carta de A. H. Buffinton, professor de História no Williams College]. *The Journal of African History*, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 229, jan. 1916.
- BUTLER, Kim D. **Freedoms given, freedoms won**: afro-brazilians in post-abolition São Paulo and Salvador. New Brunswick: Rutgers University Press, 1998.
- BUTLER, Kim D. From black history to diasporan history: Brazilian abolition in Afro-Atlantic context. *African Studies Review*, [s. l.], v. 43, n. 1, p. 129-139, 2000.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997 [1962].

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Otavio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional. São Paulo: Editora Nacional, 1960.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822-1850. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras.

CHESNEAUX, JEAN. **Devemos fazer tábula rasa do passado?** sobre história e historiadores. São Paulo: Ática, 1995.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought**: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. Boston: Unwin Hyman, 1990.

DOMINGUES, Petrônio. A lei 10.639/03 e o ensino de história e cultura afro-brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 55, e11162, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980531411162>. Acesso em: 14 jan. 2025.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: FFLCH/USP, 1964. 2 v.

FONER, Eric. **Who owns history?** rethinking the past in a changing world. New York: Hill and Wang, 2003.

FORD, Gerald R. Message on the observance of black history month, February 1976. *In*: PETERS, Gerhard; WOOLLEY, John T. **The American Presidency Project**. [s. l.], c2025. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/node/242460>. Acesso em: 10 jan. 2025.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

FRANKLIN, John Hope. **Raça e história**: ensaios selecionados (1938-1988). Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

FREDRICKSON, George M. Race and racism in historical perspective: comparing the United States, South Africa, and Brazil. *In*: FREDRICKSON, George M. **Diverse nations**: explorations in the history of racial and ethnic pluralism. Boulder, CO: Paradigm Publishers, 2008. p. 137-158.

GOGGIN, Jacqueline. **Carter G. Woodson**: a life in black history. Baton Rouge: LSU Press, 1997.

GOLDENBERG, David M. **The curse of ham**: race and slavery in early Judaism, Christianity, and Islam. Princeton: Princeton University Press, 2003.

GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. **Da nitidez e invisibilidade**: legados do pós-emancipação no Brasil. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

GOMES, Nilma. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. *In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESSES, Maria Paula (org.). Epistemologias do Sul.* São Paulo: Cortez, 2010. p. 492-516.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial.* São Paulo: Ática, 1978.

GRIN, Monica. “Raça”: debate público no Brasil (1997-2007). Rio de Janeiro: Mauad, 2010, p. 109-125.

HARNEY, Stefano; MOTEN, Fred. *The undercommons: fugitive planning and black study.* New York: Minor Compositions, 2013.

HARTMAN, Saidiya. V. Vênus em dois atos. *In: BARZAGHI, Clara; PATERNIANI, Stella; ARIAS, Aandré. Pensamento negro radical: antologia de ensaios.* São Paulo: Crocodilo: n-1 edições, 2021. p. 105-129.

HARTMAN, Saidiya. *Cenas da sujeição: terror, escravidão e criação de si na América do século 19.* São Paulo: Fósforo, 2025.

HERTZMAN, Marc A. *After Palmares: diaspora, inheritance, and the afterlives of Zumbi.* Durham: Duke University Press, 2024.

HISTORICAL News. *The American Historical Review*, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 640-685, 1916. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1835044>. Acesso em: 2 abr. 2025.

HOLTON, Woody. Chilling affects: the far right takes aim at black history. *American Historical Review*, [s. l.], v. 129, n. 1, p. 199-216, Mar. 2024.

IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional.* São Paulo: Difel, 1962.

IBGE. *Censo demográfico 2022: identificação étnico-racial da população, por sexo e idade.* [s. l.: s. n.], 2022. Disponível em:  
[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/13ee0337cf1c1de37bf0cd4da3988e1f.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/13ee0337cf1c1de37bf0cd4da3988e1f.pdf). Acesso em: 14 jan. 2025.

JONES, Brian. *Black history is for everyone.* Chicago: Haymarket Books, 2025.

JONES, Jones, Daniel; SHMICK, Ethan. *Reconstruction-era education and long-run black-white inequality.* [s. l.]: Elsevier, 2022. *E-book.* Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=4165983>. Acesso em: 14 jan. 2025.

KELLEY, Robin D. G. But a local phase of a world problem: black history's global vision, 1883–1950. *Journal of American History*, [s. l.], v. 86, n. 3, p. 1045-1077, 1999.

KING, Lagarrett J. The status of black history in U.S. schools and society. *Social Education*, [s. l.], v. 81, n. 1, p. 14-18, 2017.

KING, LaGarrett J. Black history is not American history: toward a framework of black historical consciousness. **Social Education**, [s. l.], v. 84, n. 6, p. 335-341, 2020.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência**: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MACHADO, Maria Helena P. T. **Crime e escravidão**: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MATTOS DE CASTRO, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Lugão. **Memórias do cativeiro**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MONSMA, Karl. **A reprodução do racismo**: fazendeiros, negros e imigrantes no Oeste paulista, 1880-1914. São Carlos: EdUSFCAR, 2016.

MOURA, Clóvis. **As injustiças de clio**: o negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

NASCIMENTO, Beatriz. Por uma história do homem negro. **Revista de Cultura Vozes**, [s. l.], v. 68, n. 1, p. 41-45, 1974a.

NASCIMENTO, Beatriz. Negro e racismo. **Revista de Cultura Vozes**, [s. l.], v. 68, n. 7, p. 65-68, 1974b.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual**: possibilidade nos dias de destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

NELL, William Cooper. **The colored patriots of the American Revolution, with sketches of several distinguished colored persons to which is added a brief survey of the condition and prospects of colored Americans**. Boston: Robert Walcott, 1855. [S. l.]: Documenting the American South, 1999. *E-book*. Disponível em: <https://docsouth.unc.edu/neh/nell/nell.html>. Acesso em: 10 jan. 2025.

PASCHEL, Tianna S. **Becoming black political subjects**: movements and ethno-racial rights in Colombia and Brazil. New Jersey: Princeton University Press, 2016.

PATTERSON, Orlando. **Rethinking black history**. Harvard Educational Review, [s. l.], v. 41, n. 3, p. 297-315, 1971.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Contexto: São Paulo, 2007.

REIS, João José e SILVA, Eduardo Silva. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RAY, Victor. **On critical race theory: why it matters and why you should care.** New York: Random House, 2023.

SCOTT, Daryn. **The origins of Black History Month.** [s. l.]: ASALH, c2025. Disponível em: <https://asalh.org/about-us/origins-of-black-history-month/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

TEDENEKE, Alem. Black history month: what is it and why is it important? **World Economic Forum**, [s. l.], Feb 7, 2024. Disponível em: <https://www.weforum.org/stories/2024/02/black-history-month-what-is-it-and-why-do-we-need-it/>. Acesso em: 2 jan. 2025.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2003.

THOMPSON, Edward Palmer. A história vista de baixo. In: THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** São Paulo: UNICAMP, 2001. p. 185-201.

XAVIER, Regina Célia Lima. **A conquista da liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX.** Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.

WALKER, Clarence E. **Deromanticizing black history: critical essays and reappraisals.** Knoxville, TN: University of Tennessee Press, 1991.

WILLIAM, George Washington. **History of the negro race in America from 1619 a 1880: negroes as slaves, as soldiers, as citizens.** New York: G.P. Putnam's Sons, 1882.

WOODSON, Carter (ed.). **Negro history week. The Journal of Negro History,** [s. l.], v. 11, n. 2, p. 238-242, 1926. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2714171>. Acesso em: 8 jan. 2025.

WOODSON, Carter (ed.). How the public received The Journal of Negro History. **The Journal of African History,** [s. l.], v. 1, n. 2, p. 231, jan. 1916a.

WOODSON, Carter. **The mis-education of the negro.** Chicago: African American Images, 2000.

WRIGHT, William D. **Critical reflections on black history.** Westport, CT: Praeger, 2002.